

**APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E AGRICULTURA FAMILIAR NOS TERRITÓRIOS**

Volume 5

**Organização da Oficina Territorial
de Educação Ambiental e
Agricultura Familiar**



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Educação Ambiental

**APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E AGRICULTURA FAMILIAR NOS TERRITÓRIOS**

Volume 5

**Organização da Oficina Territorial
de Educação Ambiental e
Agricultura Familiar**

Alex Barroso Bernal
(Organizador)

Brasília - 2015

República Federativa do Brasil

Presidenta: Dilma Rousseff

Vice-Presidente: Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: Izabella Teixeira

Secretário Executivo: Francisco Gaetani

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Secretária: Regina Gualda

Chefe de Gabinete: Álvaro Roberto Tavares

Departamento de Educação Ambiental

Diretor: Nilo Sérgio de Melo Diniz

Gerente de Projetos: Renata Maranhão (José Luis Xavier – substituto)

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Departamento de Educação Ambiental

Esplanada dos Ministérios – Bloco B, sala 953 - 70068-900 – Brasília – DF

Tel: 55 61 2028.1207 Fax: 55 61 2028.1757

E-mail: educambiental@mma.gov.br

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

M59f

Ministério do Meio Ambiente

Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios: volume 5 – Organização da oficina territorial de educação ambiental e agricultura familiar/Alex Barroso Bernal, Organizador. Brasília: MMA, 2015.

32 p.

ISBN 978-85-7738-204-0

1. Educação ambiental. 2. Agricultura familiar. 3. Formação de Educadores. I. Bernal, Alex Barroso. II. Ministério do Meio Ambiente. III. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. IV. Departamento de Educação Ambiental. VI. Título.

CDU(2.ed.)37:504

Referência para citação:

BERNAL, A. B. (Org.). **Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios**: volume 5 – Organização da oficina territorial de educação ambiental e agricultura familiar. Brasília: MMA, 2015. 32 p.

Equipe Técnica do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF)

Alex Barroso Bernal – Coordenador
Ana Luísa Teixeira de Campos
Nadja Janke
Neusa Helena Barbosa
Paula Geissica Ferreira da Silva (estagiária)

Equipe Técnica da Benner Tecnologia e Sistemas de Saúde LTDA

Elias Milaré Junior - Coordenador
Fabiana Peneireiro
Fernanda de Oliveira Lima
Frank Paris
Helena Maria Maltez
Jhonatan Edi Mervan Carneiro
Jorge Ferreira Junior
Kátia Roseane Cortez dos Santos
Natalya Gonçalves Kadri

Organização

Alex Barroso Bernal

Texto

Adriana de Magalhães Chaves Martins
Alex Barroso Bernal

Revisão

Maria José Teixeira

Normalização bibliográfica

Helionidia Oliveira

Pesquisa e tratamento de imagens

Adriana de Magalhães Chaves Martins
Fernanda de Oliveira Lima
Frank Paris
Jhonatan Edi Mervan Carneiro
Johnny Santos Oliveira
Jorge Ferreira Junior
Kátia Roseane Cortez dos Santos
Natalya Gonçalves Kadri

Ilustração - Capa

Frank Paris

Este curso foi desenvolvido a partir de consultoria prestada pela Benner Tecnologia e Sistemas de Saúde LTDA para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do PCT BRA/IICA/09/005 e disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do MMA em: <<http://ava.mma.gov.br/>>

APRESENTAÇÃO

Bem-vindo(a) ao curso Apoio à implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios. Este é um curso concebido para apoiar a construção de políticas públicas, projetos e ações de educação junto à agricultura familiar.

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF é coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e instituído pela Portaria Ministerial Nº 169, de 23 de maio de 2012.

Ao buscar alternativas para o desenvolvimento rural, a ideia de território tem ganhado cada vez mais relevância, pois o padrão de desenvolvimento do território determina em que condições sociais e ambientais os grupos que vivem na terra e da terra irão garantir sua existência social. Em última instância, o modelo de desenvolvimento territorial define a possibilidade de produção e reprodução social, econômica, cultural e simbólica das populações, em geral, e dos agricultores familiares, em particular.

O PEAAF incorporou essa tendência na sua construção metodológica, adotando o território como unidade de referência para os processos de investigação, aprendizagem e intervenção pretendidos. O território é entendido como espaço geográfico transformado pelas relações sociais e a ação humana sobre a natureza, que compartilha características econômicas, políticas e ambientais comuns, cujo uso é definidor da história de vida e criador da identidade cultural de uma sociedade e do sujeito no mundo. Cada território apresenta características ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas, que lhe dão identidade e uso próprios. Essas características são resultado da ação humana sobre a natureza e das relações sociais estabelecidas. Esse uso próprio e essa ação é que definem o território. Este, por sua vez, condiciona a vida das pessoas e a identidade cultural dos grupos e indivíduos ali presentes. A noção do território comporta, portanto, dimensões materiais e imateriais da realidade social e seus limites não são determinados exclusivamente por aspectos político-administrativos, mas também pelo sentimento de pertencimento por grupos e indivíduos com o lugar que habitam e/ou se reproduzem social, econômica e culturalmente. Nesse sentido, o território não é algo dado, mas uma produção social em permanente mudança.

A identificação de um território nem sempre é tarefa fácil. Onde ele começa ou termina? Quais as características principais que determinam a existência desse ou daquele território? Quais as atividades econômicas e as relações sociais que dão

materialidade ao território? Quais os processos históricos que lhe conferem identidade própria? O que dá o sentido de pertencimento dos grupos com esse espaço? Quais as práticas culturais e os valores simbólicos transmitidos pelas gerações que se sucederam e que vão gerar esse sentido de pertencimento? Como dizia o geógrafo Milton Santos no texto *O retorno do território*, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Como espaço humano e espaço habitado, que uso é feito desse território?

Essa e outras questões são discutidas no curso, que possui 5 volumes:

1. Educação ambiental e agricultura familiar no Brasil: aspectos introdutórios;
2. Cenário socioambiental rural brasileiro;
3. Sustentabilidade e agroecologia: conceitos e fundamentos;
4. Fundamentos e estratégias para a educação ambiental na agricultura familiar;
5. Organização da oficina territorial de educação ambiental e agricultura familiar.

A linguagem do curso procura ser acessível, no entanto, alguns termos técnicos necessitam ser explicados. Tais definições estão no glossário, presente no Volume 1, assim como uma lista com as siglas utilizadas.

Muitas reflexões e exercícios práticos virão pela frente com o objetivo de exercitar o seu olhar e a sua criatividade para a intervenção coletiva, organizada e qualificada no território. As atividades propostas possuem a função de incentivar a investigação sobre o território em que você está, seus problemas socioambientais, os conflitos existentes e as soluções possíveis diante de uma realidade que se mostra cada dia mais complexa e cheia de desafios.

Esperamos que você esteja motivado a realizar as ações propostas. O curso foi construído por muitas mãos. Daqui em diante haverá uma constante socialização e troca de conhecimentos. Saiba que agora você também faz parte desta construção.

Bom estudo!

Equipe do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1. ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR	10
1.1 O PPP e sua articulação com o PEAAF	12
1.1.1 As bases metodológicas	13
1.1.2 Os sujeitos que elaboram o PPP	14
1.1.3 As dimensões lógicas de elaboração	15
1.2 A metodologia da Oficina Territorial	17
1.2.1 Público	17
1.2.2 Programação	18
1.2.3 Abertura	20
1.2.4 Painel sobre Educação Ambiental e Agricultura Familiar	20
1.2.5 Reflexão Conceitual	21
1.2.6 Processos educativos	21
1.2.7 Mapa estratégico	22
1.2.8 Estrutura de gestão	22
1.2.9 Conteúdos	22
1.2.10 Dinâmicas da Oficina	23
2. Conclusão	27
3. Referências	30
4. Avaliação	31

1. ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Nos aproximamos do final dessa formação. Esperamos ter possibilitado aprendizados úteis para sua vida pessoal e atuação profissional.

Diversas metodologias e estratégias pedagógicas foram trabalhadas no curso. Se não era antes, temos certeza que agora você é capaz de colaborar com iniciativas referentes à realização do diagnóstico socioambiental do território e de processos formativos baseados na pesquisa-ação participante, investigação de temas geradores e educomunicação.

Como sujeito social em movimento, você dispõe de muitas informações e ferramentas para uma prática transformadora. Tudo o que foi aprendido servirá para esta última proposta de atividade do curso, que se refere à organização da Oficina Territorial de Educação Ambiental na Agricultura Familiar. A proposta apresentada a seguir pode ser alterada, sem problemas, de acordo com as necessidades e possibilidades do grupo de instituições que está levando adiante essa iniciativa.

A Oficina Territorial de Educação Ambiental na Agricultura Familiar tem como objetivo orientar o processo de implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) no território, de forma participativa e articulada com diferentes órgãos federais, estaduais, municipais e organizações da sociedade civil com atuação local e interface com as temáticas educacional e socioambiental no meio rural. Essa construção vai agregar subsídios para a elaboração e o desenvolvimento de um plano político-pedagógico de educação ambiental para a agricultura familiar no território.

Além desse objetivo geral, a oficina possui os seguintes objetivos específicos:

- Definir estratégia e estrutura gestoras para o Programa no território;
- Definir as diretrizes educacionais e prioridades temáticas para a ação no território;
- Buscar meios e encaminhamentos para o atendimento das prioridades estabelecidas.
- Iniciar um levantamento das políticas, programas e ações existentes no âmbito territorial, que tenham interface com a temática socioambiental no meio rural;
- Iniciar um mapeamento das instituições e dos grupos sociais com potencial para colaborar com a implementação das diferentes linhas de ação do PEAAF;

- Identificar parceiros estratégicos para a realização de ações de caráter educacional;
- Estimular o financiamento de ações de educação ambiental na agricultura familiar.

Portanto, a oficina territorial é o espaço para o debate entre diferentes sujeitos sociais que atuam com as temáticas da agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural, meio ambiente, educação para a construção coletiva de estratégias e ações ligadas a essas agendas.



O art. 13 da PNEA trata da educação ambiental não formal, que engloba “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”. Nesse sentido, buscaremos caminhar por meio da realização do diagnóstico socioambiental do território e do investimento em processos de ensino-aprendizagem baseados na pesquisa-ação participante, na investigação de temas geradores e na educomunicação. Esperamos assim, favorecer a ação coletiva, organizada e qualificada dos grupos sociais, para a defesa da qualidade ambiental.

É também o momento em que se inicia a elaboração de um Plano Político Pedagógico (PPP) para a educação ambiental na agricultura familiar, no intuito de planejar um processo permanente de ações educativas alinhadas com o PEAAF e com interface com outras políticas, programas e ações de cunho socioambiental para o meio rural.

Para um melhor entendimento dos diversos momentos propostos para essa oficina territorial, discutiremos brevemente o Plano Político-Pedagógico (PPP). Em seguida, apresentaremos uma proposta metodológica.

1.1 O PPP E SUA ARTICULAÇÃO COM O PEAAF

O PEAAF está fundamentado politicamente nos princípios da justiça social e ambiental; intersetorialidade, pluralidade e interdisciplinaridade; interdependência entre campo e cidade; e gestão democrática e participativa. A elaboração do Plano Político-Pedagógico (PPP) do PEAAF permite pôr em prática todos esses princípios. É o marco inicial para o processo de construção, gestão e monitoramento do PEAAF no território, que serve como um guia orientador das ações do programa nessa escala de atuação.

A educação é um processo contínuo e permanente. Aprendemos ao longo de toda a nossa vida por meio das experiências que vivemos no nosso relacionamento com o mundo. Paulo Freire (1987) dizia que o ser humano é inacabado, incompleto e inconcluso, portanto, precisa de outro. Nascermos como um ser de ligação, conectivo com o mundo, e compartilhamos com o outro o mundo.

Ao possibilitar a reunião de diferentes instituições e grupos sociais envolvidos com as temáticas socioambientais e educacionais no meio rural, garante-se que a definição das linhas estratégicas para a implementação do PEAAF seja fruto de uma reflexão coletiva com sujeitos sociais que já possuem afinidade e comprometimento com a educação ambiental e a agricultura familiar.

O PPP deve servir como um instrumento de planejamento participativo. Ele se difere dos demais instrumentos de planejamento, por ser voltado para a dimensão educativa, ou seja, usado para planejar as esferas ligadas ao ensino-aprendizagem na educação formal ou não formal (PADILHA, 2002).

Veiga (1995) faz uma diferenciação entre Projeto Político-Pedagógico e Plano Político-Pedagógico, pois enquanto o primeiro estabelece mais os princípios e a missão, o segundo estabelece metas e ações para concretização. No contexto do PEAAF, não se realiza essa separação, pois o objetivo é construir tanto princípios como metas e ações. Dessa forma, plano e projeto são tomados como sinônimos. Segundo a autora, o PPP é político por ter um sentido de formação em direção a uma determinada concepção de sociedade e se “constitui como um compromisso definido coletivamente de direção para o futuro” (VEIGA, 1995, p.13). Dessa forma, o PPP estrutura-se sobre princípios e valores que se deseja em uma sociedade futura. Castro e Weler (2005) pontuam que a dimensão política envolve a superação de resistências e exige mediação para a construção do futuro possível.

A dimensão política indica que o projeto é um processo voltado a fins, que exige articulação e envolvimento das pessoas, a superação

de resistências e radicalismos, estando sempre presente a conflitualidade, a mediação e a negociação. A dimensão política traz um posicionamento, uma decisão, um caminho e uma abordagem em relação à realidade, sejam eles transformadores ou reprodutivistas (CASTRO; WELER, 2005, p. 192).

Já a dimensão pedagógica do PPP diz respeito à definição de concepções, estratégias, metodologias e práticas educativas capazes de fazer avançar esse projeto de futuro. Em outras palavras, a dimensão pedagógica deve dar conta de explicitar as ações educativas e características necessárias das atividades, para se alcançar o que se deseja. Conforme Veiga (1995, p. 13), “na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade”.

Veiga e Fonseca (2001) insistem no cuidado para não transformar o PPP em um instrumento de controle pautado apenas na checagem de indicadores de desempenho sem conteúdo político-filosófico, ou seja, para que o PPP não sirva apenas para controle externo, mas se instale como processo reflexivo, um processo de reflexão-ação-reflexão-ação, em que não se separa o pensamento da ação, tampouco se permite que uns pensem enquanto outros concretizam.

1.1.1 AS BASES METODOLÓGICAS

É importante a adoção de metodologias participativas para a elaboração do PPP, de modo a permitir a democratização da tomada de decisão e o controle social. Garante-se, assim, que o planejamento e a aprendizagem aconteçam em conjunto. Isso dá transparência ao processo e coloca os grupos sociais locais e suas respectivas realidades no centro do debate sobre o desenvolvimento do território.

Pode-se dizer que os processos participativos são eficientes em transformar realidades e por isso precisam ser realizados com responsabilidade por parte dos mediadores que conduzem os processos coletivos de caráter educativo. Em relação ao PEAAF, a utilização de metodologias participativas atende ao terceiro objetivo do programa instaurado pela Portaria Ministerial nº 169, de 23 de maio de 2012, onde se lê: é objetivo do PEAAF “fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social”. Dessa maneira, a implementação de abordagens participativas e interativas, na qual os sujeitos que desejam contribuir com o PEAAF participam em análises conjuntas para construir planos de ação, fortalecer grupos locais existentes e constituir novos, constitui-se como

estratégia para a aprendizagem desejada. Possibilitam, como afirma Boef (2007), perceber um problema e gerar um acordo de objetivos centrais e atividades necessárias para lidar com ele, facilitando a formulação de uma visão compartilhada e o encontro de uma base comum entre interesses divergentes, por vezes conflitantes.

A oficina territorial é o espaço para exercitar a ampla participação e o debate sobre a educação ambiental na agricultura familiar. A partir daí, constituir uma estrutura de gestão que dê conta de materializar os princípios, diretrizes e metas acordados coletivamente.

1.1.2 OS SUJEITOS QUE ELABORAM O PPP

O PEAAF estabelece a “gestão democrática e participativa” como um princípio a ser seguido. Assim, a participação e o controle social são diretrizes basilares para a elaboração do PPP, para que as decisões sejam construídas de forma coletiva e que todos os sujeitos sociais tenham o mesmo poder de decisão.



(Foto: Rômulo Serpa - MDA/Flickr - Sob Licença Creative Commons)

A afirmação da gestão democrática como um dos princípios do programa visa incentivar a autonomia local e fomentar um processo endógeno. Por isso, os sujeitos e os movimentos sociais a serem mobilizados são os que constroem a agricultura familiar e a educação ambiental no território. Deve-se convidar instituições que trabalham com educação ambiental e organizações da agricultura familiar com atuação no território e, dessa forma, garantir que os sujeitos da sociedade civil, ligados à agricultura familiar e à educação ambiental, componham o grupo de trabalho, o comitê gestor e outras formas de organização para a gestão do programa. Essa forma de gestão privilegia o controle social, incentivando, assim, que suas diretrizes, funções, competência, composição e mandato sejam estabelecidos no coletivo amplo de participação.

1.1.3 AS DIMENSÕES LÓGICAS DE ELABORAÇÃO

O PPP é estruturado em três eixos principais: o eixo conceitual, o eixo situacional e o eixo operacional.

A proposta é ter como primeira fase do processo de elaboração do PPP uma discussão conceitual sobre educação ambiental, que na oficina territorial, corresponde ao momento de reflexão conceitual. Isso está de acordo com o que Silva (2005) demarca como **eixo conceitual** e que vai orientar todo o processo por vir. Essa orientação se dá com o estabelecimento dos princípios, diretrizes e objetivos a serem alcançados por meio da educação ambiental, reforçando desejos em relação ao futuro sobre como se quer caminhar e aonde se quer chegar. Nesse ponto, a dimensão política é essencial, pois trata-se basicamente de discutir qual concepção de educação ambiental será desenvolvida e como esta abrirá a perspectiva de um novo projeto societário, no qual a agricultura familiar tenha papel central. Quais as características que a educação ambiental deve possuir para promover relações sociais justas e sustentáveis? Quais os entendimentos sobre educação ambiental e qual sua aplicação no contexto da agricultura familiar?



Essas são algumas questões que auxiliam esse processo de “reflexividade” e suscita um debate em relação à sociedade local, suas práticas e formas de articulação em nível regional, nacional e, quem sabe, global.

O PEAAF possui objetivos, princípios e diretrizes gerais, citados anteriormente, que precisam ser debatidos e validados em nível territorial, para que sejam buscadas respostas às especificidades do contexto territorial. Silva (2005) nomeia essa fase de **eixo situacional**, ou seja, situar em relação ao contexto local, no caso, o contexto territorial.

Diversas matrizes socioculturais influenciam a relação sociedade-natureza no

Brasil e fazem com que o conceito de agricultura familiar comporte uma infinidade de modos de vida baseados na pequena propriedade ou na posse da terra. Nesse sentido, conhecer a problemática socioambiental territorial em torno da agricultura familiar é fundamental para que as estratégias possam ser eficazes. Portanto, a elaboração do PPP no território precisa responder à situação socioambiental vivida pelas populações que ali residem. As seguintes perguntas devem ser respondidas com esse intuito:

- Quais as finalidades do programa para o território? Qual a problemática que orienta a elaboração do PPP no território? Qual a especificidade do contexto da agricultura familiar no plano territorial, em sua relação com outros espaços em diferentes escalas (regional, nacional e global)?

- Como as questões ambientais articulam-se com a agricultura familiar?

- Quais as características dos conflitos socioambientais que envolvem a agricultura familiar no território?

- Quais as características das ações de educação ambiental voltadas à agricultura familiar que já são realizadas no território? Quais grupos e organizações estão vinculados a esses processos?

Na oficina territorial, a discussão dos processos educativos e do mapa estratégico serve a esse fim. A definição dessas orientações permite passar para a construção do que Veiga (2005) concebe como **trilha** e Silva (2005) chama de **eixo operacional**, que trata da definição das ações que precisam ser executadas, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos, para chegar aos objetivos traçados. Isso contribui para que os sujeitos que participam da oficina possam pensar o futuro e estabelecer um projeto local de “desenvolvimento socioespacial”, como entendido por Souza (2006).

Portanto, a elaboração do PPP para o PEAAF é um ato reflexivo-colaborativo onde se constrói a crítica em relação à sociedade atual, para, a partir dessa análise, pensar coletivamente o que é preciso transformar. A oficina territorial é um momento inicial para esse exercício. A definição da estrutura de gestão do PEAAF no território, último momento de trabalho proposto para essa oficina, serve justamente aos propósitos de garantir os meios políticos e operacionais para colocar em prática os objetivos e metas definidos, e consolidar o PPP a partir do que foi construído participativamente durante a oficina.

1.2 A METODOLOGIA DA OFICINA TERRITORIAL

Uma vez entendidos os objetivos da Oficina Territorial de Educação Ambiental na Agricultura Familiar em sua articulação com o Plano Político Pedagógico (PPP), vamos apresentar uma metodologia para o seu desenvolvimento. A oficina serve para levantar muitas informações, portanto, também contribui para o diagnóstico socioambiental do território que trabalhamos no último capítulo.

Como ninguém é capaz de organizar um evento sozinho, o primeiro passo é formar a comissão organizadora da oficina. Passemos aos tópicos principais que essa comissão formada deve se atentar e planejar, para que a oficina possa acontecer:

1.2.1 PÚBLICO

O público envolvido deve ter atuação com as temáticas de desenvolvimento rural, agricultura familiar, agroecologia, meio ambiente e educação. Pode-se citar como público prioritário:

- Lideranças e representações da sociedade civil organizada, tais como representantes de sindicatos e cooperativas de agricultores familiares, comunidades tradicionais, movimentos sociais do campo, entre outros;
- Representantes de conselhos estaduais, regionais e territoriais, tais como comitê de bacia hidrográfica, conselho de unidades de conservação, conselho de desenvolvimento rural sustentável etc.;
- Gestores públicos e técnicos de instituições federais com atuação no território (ex.: servidores do Ibama, ICMBio, Incra, MDA etc.) e instituições públicas estaduais e municipais (envolver prioritariamente órgãos e secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, agricultura, educação e cultura); e
- Profissionais de instituições de ensino, pesquisa ou extensão, tais como universidades, institutos federais, escolas da rede pública de educação, instituições de Ater, organizações de educação popular, Escolas Famílias Agrícolas, Casas Familiares Rurais, Escolas Comunitárias Rurais etc.

Recomendamos que os participantes da Oficina Territorial preencham um Formulário-padrão, onde são solicitadas informações pessoais do participante e da instituição que representa. Veja o **formulário de inscrição** proposto na publicação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Guia Metodológico - oficina do PEAAF, disponível em <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental>>.

1.2.2 PROGRAMAÇÃO

Para a realização da Oficina Territorial de Educação Ambiental na Agricultura Familiar são recomendados dois dias de trabalho. A seguinte programação é proposta, mas cabe à comissão organizadora fazer suas contribuições e alterações, a partir desta provocação inicial.

Horário	1º Dia
08:30	Abertura - Dinâmica de acolhimento - Mesa de abertura com representantes das instituições organizadoras da oficina - Apresentação dos objetivos e atividades da oficina (cerimonial)
10:00	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos
10:30	Painel sobre educação ambiental e agricultura familiar - Conversa com especialistas sobre o tema. - Diálogo com os participantes.
12:00	Almoço
13:30	Trabalho em grupo: reflexão conceitual
15:30	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos
16:00	Apresentação de trabalhos - Apresentação do trabalho dos grupos - Debate para síntese dos resultados - Dinâmica de encerramento
18:00	Término das atividades Programação de integração

Horário	2º Dia
08:30	Trabalho em grupo: Grupo A - processos educativos Grupo B - mapa estratégico
10:00	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos
10:30	Trabalho em grupo: estrutura de gestão
12:00	Almoço
13:30	Apresentação de trabalhos - Apresentação do trabalho dos grupos - Debate para síntese dos resultados
15:30	Lanche Dinâmica de retorno aos trabalhos

16:00	Encerramento - Avaliação da oficina - Dinâmica de encerramento
18:00	Término das atividades

A oficina constitui-se de seis momentos principais: abertura, painel sobre educação ambiental e agricultura familiar, reflexão conceitual, processos educativos, mapa estratégico e estrutura de gestão. Além desses momentos, de grande importância são as apresentações dos trabalhos de grupo, a avaliação e as dinâmicas de animação e encerramento.

De forma geral, o primeiro dia de trabalho visa reflexões de cunho mais conceitual e o segundo dia propicia reflexões de cunho mais estratégico, metodológico e operacional.

Sugerimos que os trabalhos em grupo sejam animados por rápidas dinâmicas de apresentação. O grupo trabalha orientado por perguntas motivadoras, de acordo com a dinâmica apresentada por um moderador capacitado para esse fim. No momento seguinte, as informações e recomendações geradas pelos grupos são compartilhadas e consolidadas como produtos finais da oficina.

A programação estimula o diálogo e a construção participativa dos produtos da oficina, garantindo espaço para ricas discussões e legitimidade às decisões e encaminhamentos. A seguir, o passo a passo da metodologia proposta.



1.2.3 ABERTURA

É o momento essencialmente de boas-vindas pelos organizadores e de explicitação da pertinência da oficina e da implementação de políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

Deve haver uma breve apresentação sobre o PEAAF, seus objetivos, princípios, diretrizes e o público a que se destina. Para quem não se lembra, essas informações foram tratadas no início do curso.

Esse nivelamento proporciona aos participantes contribuir de forma mais pertinente e efetiva com o Programa. Após essa apresentação, pode-se abrir espaço para elucidar as dúvidas.

Encerrando a abertura, o cerimonial faz uma breve apresentação dos objetivos e atividades da oficina. Isso é importante para reduzir a ansiedade dos participantes em relação ao que irá acontecer no decorrer dos dois dias, sobre a dinâmica dos trabalhos, seus resultados, e como se dará a participação do público.

1.2.4 PAINEL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Tem a finalidade de trazer elementos teóricos e dados da realidade do território e do Brasil sobre educação ambiental e agricultura familiar, procurando a correlação entre essas duas áreas do conhecimento, de que forma podem colaborar entre si e de que forma se distanciam.

Sugerimos que sejam convidados dois ou três especialistas para debater esses temas. Podem ser chamados profissionais de universidades ou escolas, agentes públicos ou representantes de organizações da sociedade civil, com reconhecida experiência.

É interessante que além dos aspectos teóricos, essas pessoas tragam elementos práticos para esse debate, contextualizados com a realidade concreta do território.

Não há intenção de que essas pessoas tragam soluções ou respostas prontas para os temas, mas que possibilitem uma boa reflexão sobre o assunto e seus principais elementos limitantes ou potencialidades.

Essas apresentações devem ser sucintas para possibilitar maior espaço de tempo para conversas.

É importante que uma pessoa com experiência em moderação possa coordenar o painel.

Propomos para essa atividade um tempo aproximado de 1 hora e meia. Dessa forma, sugere-se que cada palestrante ocupe 15 minutos para apresentação, 5 minutos para o coordenador da mesa e 40 minutos para o diálogo com o público.

Antes da dispersão dos participantes, ao final do painel, é oportuno organizar os grupos de trabalho.

1.2.5 REFLEXÃO CONCEITUAL

É um momento necessário para que o conjunto dos participantes dialogue sobre sua visão de educação ambiental e qual sua pertinência nos trabalhos desenvolvidos com a agricultura familiar.

Em suma, o que se objetiva com a educação ambiental, quais devem ser suas orientações, princípios e fundamentos para o trabalho com a agricultura familiar.

O diálogo colabora com a reflexão sobre as temáticas educacionais e socioambientais no território, e a formulação de um pacto entre os participantes sobre as ações de educação ambiental que serão estimuladas e empreendidas, de forma individual e coletiva. Esse é um dos pilares que sustenta o desejo de colaboração das instituições e organizações, com a implementação do Programa no território.

1.2.6 PROCESSOS EDUCATIVOS

Devem ser discutidos os processos educativos a serem incentivados no território para as transformações almejadas.

Esta reflexão pode contemplar desde os aspectos metodológicos e conteúdos envolvidos nas práticas educativas até aspectos de cunho mais operacional, como, por exemplo, quais as prioridades para a educação ambiental em termos temáticos, de público, áreas prioritárias a serem atendidas, entre outras que possam surgir.

É interessante debater nesse momento as ações de educação ambiental para a agricultura familiar desenvolvidas no território, referenciando o trabalho também em ações existentes e que podem ser potencializadas, se for verificada pertinência.

Outra opção é que os participantes dialoguem sobre estratégias educativas propostas pelo PEAAF, como a pesquisa-ação participante, investigação de temas geradores e educomunicação, buscando parceiros e formas de implementação dessas metodologias.

1.2.7 MAPA ESTRATÉGICO

A elaboração de um mapa estratégico para o programa visa subsidiar as futuras decisões e ações de educação ambiental na agricultura familiar. Aponta o que existe de potencial, o que pode e deve ser considerado para o sucesso das ações a serem desenvolvidas. Também aponta o que limita essas ações, o que dificulta e que pode inviabilizá-las. Em suma, o que representa risco para essas ações e deve ser evitado, minimizado ou superado.

Como destaque, são apontados três aspectos estratégicos principais a serem discutidos: quais os principais grupos e instituições envolvidos com esse tema; como se comunicar e como mobilizar o público envolvido com a agricultura familiar no território.

1.2.8 ESTRUTURA DE GESTÃO

A reflexão sobre a estrutura de gestão visa direcionar os esforços e os desdobramentos da oficina para a implementação do programa no território. Como garantir a gestão democrática do programa? Quem quer estar envolvido na gestão do programa? Como cada pessoa ou instituição colabora com sua implementação?

O encaminhamento de questões dessa natureza apontam para a definição dos responsáveis principais pela implementação do programa, para que possa tornar-se realidade no território.

1.2.9 CONTEÚDOS

A oficina também deve ser um espaço de socialização de materiais entre os participantes. No site do PEAAF <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/item/8267>> e no *Coleciona – Fichário d@EducadorAmbiental*, disponível em: <<http://colecciona.mma.gov.br/>>, podem ser baixadas algumas publicações do PEAAF e de outras iniciativas. Essas publicações podem ser disponibilizadas em meio digital aos participantes. Também sugerimos a socialização de conteúdos da área socioambiental, produzidos no território e por demais parceiros por meio físico (publicações impressas) e digitais (arquivos salvos em *pen drives*; relação de páginas e *links* na *internet*) com o objetivo de constituir um *kit* de materiais a ser distribuído aos participantes.

Outra possibilidade é que a oficina sirva para a discussão do diagnóstico socioambiental do território, realizado neste curso. Assim, as informações levantadas e organizadas podem ser disponibilizadas e debatidas com outras pessoas no espaço da oficina, o que ajuda a tomada de decisões.

1.2.10 DINÂMICAS DA OFICINA

Para cada momento da oficina é proposta a realização de uma dinâmica que colabore para o desenvolvimento das atividades. É importante frisar que esta é uma proposta inicial, que pode ser adaptada pelos territórios, considerando as seguintes condicionantes:

- Ao adaptar uma dinâmica, não esquecer de observar o tempo, materiais, espaço e número de pessoas necessário ou limitante para sua aplicação.
- Lembrar que cada tipo de dinâmica serve a uma finalidade específica, dessa forma, devem ser utilizadas nos momentos adequados.
- Após as dinâmicas aplicadas, sempre fazer uma reflexão sobre o que motivou e o que provocou a realização da dinâmica em questão.
- As dinâmicas devem estar de acordo com os objetivos finais da oficina, não comprometendo seus produtos.
- É necessário apoiar didaticamente a evolução da construção dos conhecimentos e acordos, e não aplicá-las meramente por serem “legais”, “inovadoras” etc.
- A criatividade e a valorização de aspectos da cultura regional são recomendáveis

Dinâmica de acolhimento e abertura da oficina

Para cada momento da oficina é proposta a realização de uma dinâmica que colabore para o desenvolvimento das atividades. É importante frisar que esta é uma proposta inicial, que pode ser adaptada pelos territórios, considerando as seguintes condicionantes:

Músicas ou apresentações significativas podem ser utilizadas para o acolhimento dos participantes. Sugerimos a projeção de vídeos, caso haja atrasos na programação.

Dinâmica da mesa de abertura/autoridades presentes

É importante um cerimonial preparado para informar sobre o evento, conduzir corretamente as autoridades à mesa, na ordem apropriada, com nomes, cargos e órgãos, assim como apresentar, ao final, a programação do evento com a sequência dos trabalhos do dia.

Dinâmicas de acolhimento e retorno aos trabalhos

Após os intervalos de lanche e almoço, assim como no início do dia, enquanto não começam as atividades, sugere-se projetar vídeos de no máximo 10 minutos, sobre experiências em educação ambiental na agricultura familiar ou outros vídeos e curtas ambientais. É uma forma sutil de chamar a atenção dos participantes e retomar a concentração para as atividades.

O objetivo é apresentar casos concretos e práticas de educação ambiental na agricultura familiar, que exemplificam e introduzem a reflexão sobre o tema a ser trabalhado, trazendo referências à gestão democrática, aos processos educativos, e temas geradores, entre outros.

O Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente tem disponível diversos vídeos e curtas ambientais disponíveis no Circuito Tela Verde, inclusive por canal no *YouTube*.

Dinâmica dos trabalhos em grupo

Os trabalhos em grupo ocorrerão em quatro momentos, nos itens Reflexão Conceitual; Processos Educativos; Mapa Estratégico e Estrutura de Gestão. No momento da reflexão conceitual e da discussão da estrutura de gestão, os participantes formam grupos para debater as mesmas questões. No momento da discussão dos processos educativos e do mapa estratégico, os participantes dividem-se em dois grupos, para discutir um dos temas: processos educativos ou mapa estratégico. Caso haja muitos participantes, esses grupos podem ser divididos ainda em subgrupos, mantendo o mesmo tema.

Esses grupos devem ter o apoio de moderadores e relatores, membros da comissão organizadora, devidamente capacitados.

Em cada momento, são propostas questões para serem respondidas coletivamente e que servem como subsídio para a construção do Plano Político-

Pedagógico de Educação Ambiental na Agricultura Familiar para o território. As questões visam contribuir para a elaboração de um diagnóstico da situação vivenciada no território e para um planejamento de ações.

Sempre a primeira pergunta de cada item é a mais importante. As demais são desdobramentos que podem auxiliar / facilitar o trabalho em grupo.

As perguntas orientadoras sugeridas são as seguintes:

Reflexão conceitual: que educação ambiental queremos na agricultura familiar, que leve à transformação da produção no campo? Como deve ser desenvolvida? Quais seus princípios e fundamentos essenciais? Qual seu principal objetivo?

Processos educativos: como devem ser as atividades educacionais realizadas com a agricultura familiar? Quais os principais temas a serem tratados? Quais as principais ações de EA junto à agricultura familiar existentes no território? A qual público destinam-se essas ações?

Mapa estratégico: quais as principais potencialidades e os principais limites para as políticas públicas, projetos e ações de EA junto a agricultura familiar no território? Quais os principais grupos e instituições envolvidos com este tema? Que estratégias de comunicação e mobilização devem ser utilizadas para esse público e tema, no território?

Estrutura de gestão: como este programa pode ser gerido democraticamente no território? De quem é a responsabilidade? Quais as atribuições de quem irá gerir o programa? De onde virão os recursos? Quais as estratégias de acompanhamento das ações?

Recomenda-se o uso de computador e de tarjetas para registro das informações.

Todas essas contribuições precisam estar devidamente identificadas com o grupo e o nome dos integrantes, especificando de qual trabalho faz parte.

Dinâmica de debate e síntese dos resultados

Após a apresentação dos grupos, é hora dos questionamentos, explicações e incorporação de novas contribuições aos resultados obtidos pelos grupos. A comissão organizadora deve estar preparada para realizar essa sistematização, incorporando ou modificando o produto dos trabalhos em grupo.

Dependendo dos recursos e das condições locais, isso pode ser feito com a projeção dos resultados em uma parede ou tela.

Todas essas contribuições precisam estar devidamente identificadas com o grupo e o nome dos integrantes, especificando de qual trabalho faz parte.

Dinâmica de avaliação da oficina

Deve ser realizada uma atividade para que os participantes possam avaliar a oficina, se ela conseguiu alcançar os objetivos propostos e tecer críticas e sugestões para o desenvolvimento das próximas atividades.

Independentemente da dinâmica de avaliação adotada, sugerimos que ao final seja entregue uma ficha-padrão ao participante. Veja a **ficha de avaliação** proposta pelo PEAAF no *Guia Metodológico - oficina do PEAAF*.

Dinâmica de encerramento

Pode-se propor alguma atividade lúdica e/ou cultural para encerrar as atividades de modo a fortalecer os laços entre todos os envolvidos e criar o comprometimento coletivo para a realização das ações planejadas.

Infraestrutura, materiais e organização necessários

A oficina deve ser construída em colaboração com instituições do poder público e outros parceiros que tenham afinidade com a agenda. Essa articulação é fundamental para as condições de implementação do programa.

O sucesso da oficina depende, em grande parte, da mobilização de representações de trabalhadores e da divulgação do evento por diferentes meios. Para isso, deve-se encaminhar o material de comunicação informativo sobre o evento para a mídia local. É importante também atentar para o registro em vídeo e fotos da oficina, para posterior publicização e compartilhamento dos resultados.

É hora de trabalhar para formar a comissão organizadora e construir a oficina de forma participativa!

Boa sorte!

2. CONCLUSÃO

A oficina deve ser construída em colaboração com instituições do poder público e outros parceiros que tenham afinidade com a agenda. Essa articulação é fundamental para as condições de implementação do programa.

A “construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade”, objetivo fundamental da Educação Ambiental, conforme aponta a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), foi tema discutido por diferentes razões e perspectivas. Todos os assuntos visaram garantir conhecimentos e instrumentos para o desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

Vimos a importância da luta pelo acesso à terra e ao território, para as populações tradicionais e para agricultura familiar (ou campesinato). Percebemos como a terra e o território são bases para a sua reprodução social. Enfatizamos a importância de proteger os bens naturais locais para a garantia do bem viver dos agricultores familiares, para a saúde do ambiente onde se vive, convive e trabalha.

O modelo dominante de produção de commodities para exportação define uma forma de uso e apropriação dos recursos naturais que muito dificulta a reprodução econômica e cultural da agricultura familiar. As políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental devem ser processos de afirmação da necessidade de democratização do acesso e uso dos recursos ambientais na sociedade. Para isso, é necessário democratizar as decisões que afetam a qualidade do meio ambiente.

Essa preocupação está de acordo com a PNEA, que preconiza como objetivo da educação ambiental “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania” (Lei nº 9.795/99, art. 5º, inciso IV). A educação ambiental como campo teórico e prático está absorvida pelas demandas e desafios das sociedades contemporâneas. O PEAAF nasceu com a vocação de fazer avançar práticas ambientais educativas no campo, sem desconsiderar que os moradores dos centros urbanos também precisam se mobilizar para garantir a transformação das relações sociais e produtivas no campo, pois os problemas do campo e da cidade estão inter-relacionados.

Uma vez que existem conflitos no acesso e uso dos recursos naturais, as políticas e projetos de educação ambiental não devem omitir-se de discutir a gestão ambiental dos territórios, para prevenir e superar os problemas ambientais.

A educação ambiental trata da forma de interação entre sociedade e natureza. A prevenção e superação dos problemas ambientais dependem de consensos na sociedade. Daí a questão: como a educação ambiental pode favorecer novos consensos na sociedade para a gestão democrática do uso dos recursos ambientais?



A agricultura familiar, em todas as suas dimensões e diversidade (indígena, extrativista, quilombola, ribeirinha, pescadora...), é guardiã dos bens e serviços naturais da Terra e tem muito a nos ensinar. Não pode continuar sendo expropriada de sua cultura e de sua terra com a mesma rapidez com que produzimos novas tecnologias que servem não para o desenvolvimento humano, mas para a acumulação privada de riquezas.

Um exemplo é o uso das sementes. Sem suas próprias sementes, o agricultor torna-se dependente de outros agentes. Como fazer a gestão das sementes livres e crioulas, adaptadas às suas terras, de modo a tornar possível conservar, multiplicar, distribuir, trocar e melhorar localmente as sementes?

Outro recurso muito valioso na agricultura é a água, pois sem água não há vida. Se quisermos uma agricultura que fomente a vida, a água deve ser entendida como bem comum e não como mercadoria. Pensemos e utilizemos as políticas públicas, programas e projetos de educação ambiental, para refletir e agir em prol da gestão da água, para que ela circule nos sistemas ecológicos de usufruto de toda a humanidade e cumpra seu ciclo.

Quanto mais ampliado o campo público da educação ambiental, maior a

capacidade de os grupos sociais intervirem na gestão do uso dos recursos ambientais do território. Esperamos que, com o apoio da instituição que você é integrante e de outras instituições com atuação local, você possa desenvolver os conteúdos e as metodologias trabalhados no curso, promovendo a educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

Você tem muito a comemorar por finalizar este curso. Também possui, mais do que antes, a responsabilidade de contribuir para que a agricultura familiar torne-se a mola propulsora de uma forma de relacionamento saudável e equilibrado entre sociedade e natureza. Se você chegou até aqui, temos certeza que está pronto para esse desafio!

Saiba que você não está só. Tampouco é seu objetivo brilhar sozinho. Ao contrário, você tem condições de ajudar a organizar conhecimentos e pessoas para uma ação consciente no mundo! Uma ação organizada é capaz de dar unicidade àquilo que está disperso. Assim, como o maestro de uma orquestra trabalha para que todos juntos façam com que o melódico e o harmônico desabrochem, acreditamos que é seu papel mobilizar outras pessoas, de forma que cada uma dê o melhor de si para o bem coletivo.

PARA REFLETIR...

Para finalizar, reflita:

- Como foi seu envolvimento e desenvolvimento com o curso?
- Valeu a pena? O que foi fácil? O que foi difícil?
- Há algo que queira compartilhar com os demais?

Se quiser, escreva um pouco sobre sua experiência.

3. REFERÊNCIAS

BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. T. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes**: um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen International, 2007. 87p.

CASTRO; W. Projeto político-pedagógico como instrumento de autonomia nas redes municipais de ensino público. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 191-221, jan./jul. 2005.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político - pedagógico da escola. 2ª ed. São Paulo : Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

SILVA, F. D. **Projeto político pedagógico aplicado a centros de educação ambiental e a salas verdes**. Brasília: MMA, 2005.

SOUZA, M. L. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político pedagógico: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA; FONSECA. **As dimensão e do projeto político pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papirus, 2001

4. AVALIAÇÃO

1. Como o Plano Político-Pedagógico (PPP) difere dos demais instrumentos de planejamento?
 - a) O PPP é voltado para a dimensão educativa, ou seja, é usado para planejar as esferas ligadas ao ensino-aprendizagem na educação formal ou não formal.
 - b) O PPP tem caráter prescritivo, enquanto os outros instrumentos de planejamento têm caráter descritivo.
 - c) O PPP é composto por diversos subplanos.
 - d) Todas estão corretas.

2. Conforme defendido por autores trabalhados no curso, a dimensão política do PPP está relacionada:
 - a) À visão de algum partido político sobre os processos educativos naquele território.
 - b) Ao radicalismo e caráter ideológico que devem sobressair quando se pensa a concepção de determinada sociedade.
 - c) À constituição de um compromisso definido coletivamente em direção ao futuro e a determinada concepção de sociedade.
 - d) À busca pelo controle ideológico, que garante levar adiante um posicionamento, uma decisão, um caminho e uma abordagem em relação à realidade.

3. Por que é importante a adoção de metodologias participativas para a elaboração do Plano Político Pedagógico (PPP)?
 - a) Porque permite a democratização da tomada de decisão e possibilita o controle social.
 - b) Porque garante que o planejamento e a aprendizagem aconteçam em conjunto.
 - c) Porque dá transparência ao processo e coloca os grupos sociais locais e suas respectivas realidades no centro de debate sobre o desenvolvimento do território.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.

4. A afirmação da gestão democrática e participativa como um dos princípios do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar visa:
- a) Garantir o surgimento de um líder comunitário.
 - b) Incentivar a autonomia local e fomentar um processo endógeno.
 - c) Deixar o controle do Programa nas mãos de poucas pessoas qualificadas.
 - d) Acabar com o espírito competitivo que impera em nossa sociedade.
5. O Plano Político Pedagógico (PPP) é estruturado em três eixos principais: Eixo Conceitual, Eixo Situacional e Eixo Operacional. Sobre este último, assinale a alternativa correta:
- a) O Eixo Operacional vai orientar todo o processo por vir, com o estabelecimento dos princípios, diretrizes e objetivos a serem alcançados por meio da educação ambiental.
 - b) O Eixo Operacional trata da definição das ações que precisam ser executadas, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos, para se chegar aos objetivos traçados.
 - c) O Eixo Operacional situa os objetivos traçados para a educação ambiental em relação ao contexto local, no caso ao contexto territorial.
 - d) Nenhuma das alternativas está correta.
6. A elaboração do PPP no território precisa:
- a) Dar conta de resolver os conflitos socioambientais existentes no território.
 - b) Trazer à tona os problemas ambientais que os grandes e os pequenos produtores rurais estão envolvidos.
 - c) Responder à situação socioambiental vivida pelas populações que ali residem.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.
7. É importante envolver como público prioritário da Oficina Territorial de Educação Ambiental e Agricultura Familiar:
- a) Empresários e comerciantes de insumos agrícolas.
 - b) Representantes de sindicatos e cooperativas de agricultores familiares, comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo.
 - c) Alunos do curso de agronomia.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.

8. Durante a Oficina Territorial é recomendável que haja um momento de Reflexão Conceitual para que os participantes:
- a) Dialoguem sobre sua visão de educação ambiental e qual a sua pertinência nos trabalhos desenvolvidos com a agricultura familiar.
 - b) Discutam seus problemas pessoais e como eles se relacionam à pauta ambiental.
 - c) Possam ouvir a opinião de especialistas em relação aos conceitos de educação ambiental e agricultura familiar.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.
9. Quando se for planejar a realização de dinâmicas para serem desenvolvidas na Oficina Territorial, é importante levar em conta que:
- a) Elas devem apoiar didaticamente a evolução da construção dos conhecimentos e acordos, e não serem aplicadas meramente por serem “legais”, “inovadoras” etc.
 - b) As dinâmicas devem estar de acordo com os objetivos finais da oficina, não comprometendo seus produtos.
 - c) Cada tipo de dinâmica serve a uma finalidade específica, desta forma devem ser utilizadas nos momentos adequados.
 - d) Todas as alternativas estão corretas.



Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA